


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
 FORO DE SÃO CARLOS
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 Rua D. Alexandrina, 215
 São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1002013-81.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

RELATÓRIO

ELENICE TERESINHA LAZARDINI propõe ação de indenização por danos materiais e morais contra **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** aduzindo que na data de 29 de dezembro de 2014, no período da tarde, trafegava pela Av. Bruno Ruggiero Filho e na altura do nº 1000, caiu em um buraco na via pública, o que danificou seu veículo, sendo necessário trocar os dois pneus dianteiros, a bandeja, resultando num gasto de R\$ 900,00. Aduziu ainda que sofreu danos morais porque ficou sem seu veículo durante o conserto. Juntou documentos (fls. 17/23).

Em contestação (fls. 30/43), afirma a parte ré que o acidente ocorreu durante o dia e que a autora teria condições de evitar o buraco se tivesse agido com atenção. Que o buraco era de pequena extensão não sendo possível causar os danos apontados.

Não houve réplica.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A ação é parcialmente procedente.

A questão central está no que é exigível juridicamente do prestador de serviço de conservação das vias públicas. A responsabilidade do réu é subjetiva, em consonância com a teoria francesa da faute du service. A análise há de ser feita no plano operacional do serviço público que se presta, pois que inúmeros serviços públicos são "defeituosos" sem que se possa, muitas vezes, atribuir tal fato à culpa em sentido estrito de uma pessoa ou um grupo de pessoas, isoladamente considerados. Fala-se então em culpa do serviço, falta do serviço ou, simplesmente, culpa anônima da administração, que estará caracterizada em três hipóteses: a ausência do serviço, o serviço defeituoso ou o serviço demorado.

Na hipótese, a autora comprovou, pelas fotografias que instruem a inicial, que o buraco existia na pista. Nada foi alegado de que ao menos havia sinalização. Isso implica em concorrer causalmente para o resultado lesivo.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

A responsabilidade do Poder Público advém da falha na prestação do serviço público de manutenção e conservação das vias públicas e devido à ausência de sinalização a respeito dos buracos, nos termos de robusta jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - Dano material - Veículo avariado por buraco não sinalizado existente na via pública - Dano e nexos causais demonstrados - **Omissão da Municipalidade, que não cumpriu o dever de conservação e sinalização das vias públicas** - Ação de indenização julgada procedente - Recurso parcialmente provido. (Apelação n. 990.10.217696-7 - Guarulhos - 3ª Câmara de Direito Público - Relator: Paulo Magalhães da Costa Coelho - 29/06/2010 - 17898 - Unânime)

DANO MORAL - Responsabilidade civil - Queda de pedestre em buraco na via pública - Tratamento de fratura no cotovelo e limitação funcional - Ocorrência - **Omissão da Municipalidade na conservação da via pública** - Reconhecimento - Dano e nexos causais devidamente comprovados - Provas pericial e testemunhal que confirmam as alegações - Indenização devida - Sentença mantida - Recurso improvido. (Apelação n. 0529020.5/7-00 - Sumaré - 4ª Câmara de Direito Público - Relator: Rui Stoco - 12/07/2010 - 10335 - Unânime)

DANO MORAL - Responsabilidade civil - Acidente com vítima fatal em via pública - **Buraco na pista** - Nexos causais configurados - Culpa concorrente - Ausência - **Responsabilidade da Administração Pública pela omissão** - Indenização devida - Redução - Necessidade - Recurso parcialmente provido. (Apelação n. 0941320.5/0-00 - São João da Boa Vista - 1ª Câmara de Direito Público - Relator: Vicente de Abreu Amadei - 25/10/2011 - 1170 - Unânime)

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - Dano material - Dano moral - Município de Dois Córregos - Acidente de trânsito - Queda de menor, com bicicleta, em buraco não sinalizado de via pública - Obras realizadas pelo serviço autônomo de água e esgoto municipal - Ferimentos na face e na cabeça, tendo a vítima quebrado e perdido vários dentes - Deformidade no rosto e problemas de mastigação, bem como constrangimentos, humilhações e dissabores que reclamam tratamento psicológico - "Faute du service" caracterizada - Existência do nexos causal entre os danos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

morais sofridos pelo autor e o **descumprimento do dever de agir caracterizado pela ausência de manutenção das condições de segurança da via pública e falta da instalação de sinalização adequada** - Responsabilidade da requerida pelo pagamento de danos materiais e morais, estes fixados no equivalente a cinco salários mínimos – Recurso parcialmente provido para afastar a extinção do processo e julgar procedente em parte o pedido. (Apelação n. 0002904-37.2010.8.26.0165 - Dois Córregos - 13ª Câmara de Direito Público - Relator: Ricardo Mair Anafe - 06/06/2012 - 12658 – Unânime).

Outrossim, não há nenhuma prova nos autos de que o automóvel estivesse sendo conduzido de forma imprudente ou negligente a ponto de imputar à motorista a responsabilidade pelo acidente.

Quanto à alegação da parte ré de que somente um único pneu e uma única bandeja teria sido avariada, nada há nos autos que comprove tal assertiva, mas apenas a suposição de que, em sendo o buraco de pequena extensão, não seria crível que os danos fossem aqueles descritos na inicial.

A parte ré nada juntou comprovasse essa assertiva.

A parte autora, por sua vez, juntou nota fiscal comprovando que o serviço foi realizado. Assim é devido o valor nela descrito.

Quanto aos alegados danos morais, afirma a autora que eles decorrem do abalo emocional que sofreu com a situação.

O dano moral pressupõe a lesão a bem jurídico não-patrimonial (não conversível em pecúnia) e, especialmente, a um direito da personalidade (GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. Responsabilidade Civil. 1ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 55; DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 19ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 84; GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 8ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2013. p. 359), como a integridade física, a integridade psíquica, a privacidade, a honra objetiva e a honra subjetiva. Isto, em qualquer ordenamento jurídico que atribua centralidade ao homem em sua dimensão ética, ou seja, à dignidade da pessoa humana, como ocorre em nosso caso (art. 1º, III, CF).

Todavia, não basta a lesão a bem jurídico não patrimonial, embora ela seja pressuposta. O dano moral é a dor física ou moral que pode ou não constituir efeito dessa lesão. Concordamos, aqui, com o ilustre doutrinador YUSSEF CAHALI: *“dano moral, portanto, é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial. Seja dor física – dor-sensação, como a denominada Carpenter – nascida de uma lesão material; seja a dor moral – dor-*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

sentimento, de causa imaterial.” (in Dano moral. 4ª Edição. RT. São Paulo: 2011. pp. 28).

A distinção entre a simples lesão ao direito não patrimonial e o dano moral como efeito accidental e não necessário daquela é importantíssima. Explica, em realidade, porque o aborrecimento ou desconforto - ainda que tenha havido alguma lesão a direito da personalidade - não caracteriza dano moral caso não se identifique, segundo parâmetros de razoabilidade e considerado o homem médio, dor física ou dor moral.

O critério é seguido pela jurisprudência, segundo a qual somente configura dano moral “aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige” (STJ, REsp 215.666/RJ, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, j. 21/06/2001).

No caso, a parte autora não demonstrou em que consistiram os alegados danos morais. Assim, não se desincumbiu do ônus de provar o fato constitutivo narrado na inicial, nos termos do art. 333, I do CPC, pelo que não são devidos. Do simples fato do acidente, com o prejuízo material respectivo, não se extrai, por regras de experiência, do fato lesivo, o dano moral afirmado.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO parcialmente procedente a ação e CONDENO a parte ré a pagar a autora R\$ 900,00, com atualização monetária e juros moratórios desde 30/12/2014, data da nota fiscal relativa aos serviços efetuados no automóvel.

Como a sucumbência foi recíproca cada parte arcará com 50% das custas e despesas processuais, e os honorários advocatícios compensam-se integralmente.

O STF, na ADIN 4.357, deliberou expressamente sobre a inconstitucionalidade do índice de atualização monetária contra a fazenda pública, apenas em relação aos precatórios. Consequentemente, a modulação dos efeitos efetivada em sessão que decidiu questão de ordem, em 25/03/2015, também somente se aplica, de modo expresso, aos precatórios. Não há pronunciamento no que diz respeito às condenações judiciais, matéria que será objeto de deliberação no REXt 870.947/SE, com repercussão geral reconhecida. A deliberação expressa disse respeito aos precatórios.

O presente juízo, neste momento, enquanto silente o STF, decide por solução que guarda equivalência e coerência com a questão constitucional e a questão da modulação deliberadas em relação aos precatórios, de modo que aplica ao caso omissis, analogicamente, a mesma solução já dada de modo expresso ao caso similar. Ubi eadem ratio, ibi eadem legis dispositio.

Os juros moratórios serão de 6% ao ano na vigência do CC/16, de 12% ao ano a partir da entrada em vigor do CC/02, e corresponderão aos juros aplicados à

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

caderneta de poupança a partir da entrada em vigor da Lei nº 11.960/09. Quanto à atualização monetária, segue a Tabela Prática do TJSP para Débitos da Fazenda Pública - Modulada.

P.R.I.

São Carlos, 31 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**